

Prevalência da violência na população portuguesa com 60+ anos

Irina Kislaya, Ana João Santos, Ana Paula Gil

ana.gil@insa.min-saude.pt

Departamento de Epidemiologia, INSA.

_Introdução

O fenómeno da violência é hoje reconhecido como um problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos ⁽¹⁾.

Na declaração de Toronto de 2002, a Organização Mundial da Saúde define violência e maus-tratos a pessoas idosas como “qualquer ato isolado ou repetido, ou a ausência de ação apropriada, que ocorre em qualquer relacionamento, em que haja uma expectativa de confiança, e que cause dano, ou incómodo a uma pessoa idosa. Estes atos podem ser de vários tipos: físico, psicológico/emocional, sexual, financeiro ou, simplesmente, refletir atos de negligência intencional, ou por omissão” ⁽²⁾. A definição de violência tem subjacente um ato ou conduta, variável de acordo com a sua natureza e tipo, uma relação interpessoal de confiança e uma consequência que provoca um efeito, traduzido num dano físico e/ou mental.

O conhecimento sobre a dimensão do problema, as condições de ocorrência e os fatores associados à violência constitui um passo importante para a definição de uma estratégia de intervenção pública que vise prevenir e combater a violência e assegurar um envelhecimento digno e saudável.

_Objetivos

O estudo desenvolvido no âmbito do Projeto “Envelhecimento e violência” ¹ teve como principal objetivo estimar a proporção de pessoas com 60 ou mais anos (60+ anos) na população portuguesa, que foi sujeita a alguma forma de violência em contexto familiar. Os resultados apresentados correspondem à estimativa da prevalência dos cinco tipos de violência: financeira, psicológica, física, sexual e negligência ⁽³⁾. Incluem-se igualmente os dados referentes aos

agressores indicados pelas vítimas e a estimativa da apresentação de queixa ou denúncia.

_Material e métodos

O estudo desenvolvido foi do tipo transversal descritivo. Os resultados têm por base uma amostra aleatória, estratificada por 7 regiões (Portugal Continental e Regiões Autónomas) com alocação homogénea, que contemplou 1123 pessoas com 60+ anos residentes em domicílios particulares em Portugal ⁽³⁾.

A recolha de dados foi realizada através de um inquérito telefónico, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 74,03%.

Todas as estimativas apresentadas encontram-se ponderadas para o desenho amostral e para distribuição da população portuguesa com 60+ anos de idade, por sexo e grupo etário.

_Resultados

Estimou-se que, entre outubro de 2011 e outubro de 2012, 12,3% das pessoas com 60+ anos em Portugal (123 em cada 1000), foi vítima de alguma forma de violência (física, psicológica, financeira, sexual ou negligência), por parte de um familiar, amigo, vizinho ou profissional remunerado. Extrapolando a taxa obtida para o total da população com 60+ anos, residente em domicílios particulares, (N=2556319) ⁽⁴⁾ verificou-se que cerca de 314 mil pessoas vivenciaram alguma das condutas de violência avaliadas (IC 95%: 252406 a 388786).

Dos cinco tipos, a violência financeira e a psicológica foram as mais frequentes, cada uma afetando 6,3% da população em análise.

Registou-se que 2,3% da população com 60+ anos (cerca de 58 mil pessoas) foi vítima de, pelo menos, uma conduta de violência física. A negligência e a violência sexual foram os tipos de violência menos frequentes, tendo-se estimado para os mesmos taxas de prevalência de 0.4% e 0.2%, respetivamente (*Tabela 1*).

Dos indivíduos que foram vítimas de violência, a maioria (72,1%) foi alvo de uma única conduta enquanto 27,9% referiu ter experienciado mais do que uma conduta de violência.

1 O projeto Envelhecimento e Violência (PDTC/CS-SOC/ 110311/2009), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tem como entidade proponente o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP (Departamento de Epidemiologia) e como entidades parceiras: CESNOVA da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da UNL (CESNOVA/FCSH); Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP (INMLCF, IP); Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) e Guarda Nacional Republicana (GNR).

Tabela 1: ↓ Estimativas de prevalência da violência.

Tipo de violência	Estimativas na população			
	\hat{p}	IC 95%	\hat{N}	IC 95%
Financeira	6,3	[4,5; 8,6]	160042	[115713; 219823]
Física	2,3	[1,4; 3,8]	57767	[34620; 95802]
Psicológica	6,3	[4,7; 8,5]	161411	[118925; 217718]
Negligência	0,4	[0,1; 1,4]	9822	[2619; 36558]
Sexual	0,2	[0,03; 1,1]	4838	[854; 27188]
Global	12,3	[9,9; 15,2]	314291	[252406; 388786]

Fonte: (3) Envelhecimento e Violência, p.38.

Identificação dos agressores

No que diz respeito à identidade dos agressores, o estudo revelou que a violência na sociedade portuguesa afeta transversalmente a família nuclear e alargada. Diferentes agressores foram identificados de acordo com os tipos de violência. Na violência financeira os principais agressores foram os descendentes (26,1%), onde se incluem filhos/enteados e netos, seguidos dos outros familiares (25,9%) (irmãos, cunhados, sobrinhos, entre outros). São também os outros familiares (37,4%) os principais agressores reportados pelas vítimas de violência psicológica, seguidos dos cônjuges ou companheiros (atuais ou ex) (29,6%). Mais de metade das condutas de violência física foram da responsabilidade dos cônjuges ou companheiros (56,4%).

Uma percentagem elevada (13,5%) de vítimas recusou identificar o agressor, o que pode indicar sentimentos de inibição para a denúncia.

Apresentação de queixa ou denúncia

Estimou-se que cerca de 64,9% (IC 95%: 52,8% a 75,4%) das vítimas de violência não falou, nem contactou ou apresentou queixa sobre a situação vivida. Apenas 35,1% (IC 95%: 24,6% a 47,2%) procurou ajuda, apresentando queixa junto das forças de segurança (20,7%) ou denunciando a situação à rede social informal (familiares, amigos) (7%) ou a profissionais de saúde (4,5%).

Conclusões

No que diz respeito à expressão do fenómeno da violência na população portuguesa, a estimativa obtida (12,3%) é mais elevada

quando comparada com outros estudos internacionais de prevalência, com metodologias de medição muito similares aos utilizados no presente estudo, que variou entre 2,2% para indivíduos com 65+ anos residentes na Irlanda (5) e 2,6% na Grã-Bretanha (6).

O estudo revelou que a violência financeira e psicológica foram os tipos mais comuns na população com 60+ anos, perpetrados sobretudo pela família nuclear e alargada. O problema mantém-se oculto com apenas um terço das vítimas a denunciar ou a apresentar queixa, o que significa que os laços familiares, a proteção da família e o medo de represálias são razões fortes para silenciar as vítimas de violência e a denúncia constituiu ainda um tabu para muitas vítimas.

Nesse sentido, é importante dar visibilidade social ao problema, que para além de constituir um problema social, com impactos na saúde física e mental das vítimas, é entendido também como uma violação grave dos direitos do Homem. Neste contexto torna-se premente a reflexão sobre um conjunto de recomendações que contribuam para o combate e prevenção deste problema.

Referências bibliográficas:

- (1) World Health Organization. World report on violence and health. Geneva: WHO, 2002. [LINK](#)
- (2) World Health Organization. Toronto declaration on equity in health La declaración de toronto sobre la equidad en salud. Rev Panam. Salud Púb. 2002b;12(6):465. [LINK](#)
- (3) Gil AP, Santos AJ, Kislalya I, Nicolau R (eds). Envelhecimento e Violência. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, 2014. [LINK](#)
- (4) Instituto Nacional de Estatística. Censos 2011. Lisboa: INE, 2011. [LINK](#)
- (5) Naughton C, Drennan J, Treacy MP, et al. Elder abuse and neglect in Ireland: results from a national prevalence survey. Age & Ageing, 2010;41(1):98-103. [LINK](#)
- (6) O'Keeffe M, Hills A, Doyle M, et al. UK study of abuse and neglect of older people: prevalence survey report. London: National Centre for Social Research, 2007. [LINK](#)